## PROJETO DE LEI Nº , DE 2007 (do Senhor Deputado Fernando Coruja)

Altera o art. 38 e acrescenta o art. 38-A à Lei nº 7.357, de 02 de setembro de 1985, que "Dispõe sobre o cheque e dá outras providências".

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 38 à Lei nº 7.357, de 02 de setembro de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

(( A .	
"/\ rt	.70
ΛII.	38

Parágrafo único. O sacado não pode se recusar a efetuar pagamento parcial quando houver fundo disponível do respectivo emitente em seu poder, e, nesse caso, deve exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação." (NR)

Art. 2º Acrescenta o artigo 38-A à Lei nº 7.357, de 02 de setembro de 1985, com a seguinte redação:

"Art. 38-A. Em caso de descumprimento do disposto no parágrafo único do artigo anterior aplicam-se as penalidades previstas no art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA** 

Em face da atual ausência de dispositivo legal que preveja a

obrigatoriedade das instituições financeiras em efetuar o pagamento de cheque

em favor do portador independentemente de haver qualquer fundo disponível

em poder do sacado, o objetivo deste Projeto de Lei é tornar obrigatório o

pagamento parcial de cheque pelos bancos, desde que o proprietário da conta

tenha qualquer quantia para a quitação parcial da cártula em favor do portador.

O grande problema dos portadores dos cheques é o não saque desse

em desfavor do banco em virtude de insuficiência - e não ausência de fundos -

em conta do emitente. Ou seja, o fato do valor do cheque ser superior aos

fundos disponíveis em conta impossibilita o portador de sacar qualquer quantia

da conta do emitente.

Em virtude do grande desenvolvimento e volatividade da economia

brasileira, torna-se imoral – por ausência legal – as instituições financeiras não

sacarem valor da conta do signatário do cheque para entregá-lo ao portador,

sob a alegação de ausência de fundos.

Sala das Sessões, de março de 2007.

Dep. Fernando Coruja

(PPS/SC)